



NÚCLEO DE LICITAÇÕES

EDITAL Nº 2085466/2026

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/26

Contratante	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ) - UASG 927919
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA), NAS MODALIDADES “IN VIVO” E “POST-MORTEM”, CONTEMPLANDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO, DESDE A COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS ATÉ EMISSÃO E ENTREGA DOS LAUDOS TÉCNICOS
Valor total da contratação	Orçamento Sigiloso
Data da Sessão Pública	19/05/2026 - 11:00H
Critério de julgamento	MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
Modo de disputa	Aberto
Preferência ME/EPP/equiparadas	Sim
Portal	www.compras.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETO
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. FASE DE HABILITAÇÃO
9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
14. RECURSOS
15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
16. DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/26

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, torna público que, devidamente autorizada pelo Subdefensor Público-Geral de Gestão, **DR.º FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, na forma do disposto no processo administrativo nº E-20/001.012843/2025, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que será regido pelas Lei Federais nº 14.133, DE 1º de abril de 2021, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital.
- 1.2. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no dia e hora indicados no início deste Edital, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.
- 1.3. As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 1.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no portal da DPRJ (<https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 54 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Na forma do Art. 6, Inc. XXXVIII, combinado com o Inc. XLI da Lei Federal 14.133/21, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de "menor preço global por lote", sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto deste pregão é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA), NAS MODALIDADES “IN VIVO” E “POST-MORTEM”, CONTEMPLANDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO, DESDE A COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS ATÉ EMISSÃO E ENTREGA DOS LAUDOS TÉCNICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A descrição detalhada do objeto encontra-se no Anexo I - Termo de Referência.
- 2.3. O local e condições de recebimento do objeto licitado são previstos no Anexo I - Termo de Referência.
- 2.4. A licitação será realizada por lote.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação neste certame **NÃO** é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, quando aplicável, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, busca fomentar a competitividade e possibilita maior participação de pequenos negócios, sem comprometer a vantagem econômica para a Administração.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (caso permitida a participação) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio e cooperativas;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, preenchendo o Anexo III deste Edital;
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, preenchendo o Anexo V deste Edital.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso exista, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva, caso possuam, para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 4.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 (subitens) ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 156, e neste Edital, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.11.2. apresentação de proposta com preço distinto para o mesmo item;
- 4.11.3. apresentação de proposta com quantitativo inferior ao total licitado e
- 4.11.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. **PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valores unitários, totais dos itens e global do lote;
- 5.1.2. INFORMAMOS QUE O VALOR OFERTADO, DEVERÁ CONSIDERAR O PERÍODO CONTRATUAL DE 12 (DOZE) MESES, CONSIDERANDO O PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 5.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL).
- 5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.1.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.1.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.1.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 6.1.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.1.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.1.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.1.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.1.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.1.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.1.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.1.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.1.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.1.11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (lances), serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.11.7. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei nº 14.133/21, será realizado sorteio das propostas (lances) empatadas a ser realizado no sistema Compras.gov.br.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 6.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.2.7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso possuam, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.2.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.2.7.3. Verificado o empate ficto, o(a) Pregoeiro(a) agendará o respectivo julgamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação de aviso no sistema Compras.gov, informando a data e horário do evento.
- 6.2.7.4. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no item anterior não engloba a convocação realizada imediatamente após a etapa de disputa de preços.
- 6.2.7.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.2.7.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.2.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.2.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.2.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.2.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.2.8.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (*quatro*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.2.8.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.2.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.1.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado. Será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.
- 7.8.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.10. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.11. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

- 7.12. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração.
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos de habilitação são os indicados no item 9, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo V deste Edital
- 8.4. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.6.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

- 8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.
- 8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa (caso permitida a participação).

9.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.2.1. Para fins de comprovação de sua qualificação técnica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme previsão no RDC – Anvisa nº 786/2023;
- b) Alvará sanitário atualizado, expedido pelo órgão sanitário competente, conforme RDC – Anvisa nº 786/2023;
- c) 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com a prestação de "serviços de exames laboratoriais para investigação de paternidade e vínculo genético – exames de DNA 'in vivo' e 'post mortem', em quantitativo não inferior a 40% do previsto no item 1.1.7 do TR;
- d) Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 40% do objeto do Termo de Referência, da forma acima descrita;
- e) Comprovação de que a licitante possui como Responsável Técnico profissional legalmente habilitado por entidade competente e com registro em Conselho Profissional para exercer a responsabilidade técnica de laboratório clínico humano bem como para realizar investigação de paternidade e vínculo genético, nos termos da RDC 786 da ANVISA;
- f) Comprovação de participação e aprovação atualizada em pelo menos um Programa de Avaliação Externa da Qualidade, conforme exigência da RDC – Anvisa nº 786/2023;
- g) Atestado atualizado de manutenção preventiva dos equipamentos relacionados aos exames contratados.

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- f) declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital
- g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disciplina o art. 63 §1º da Lei nº 14.133/21.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme Anexo V deste Edital, relativo ao atendimento à lei 7.258/2016.

9.3.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

9.3.2.1. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

9.3.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.3.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

9.4.1. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo V - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas (caso permitida a participação) enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

9.5. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.5.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos:

9.5.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

9.5.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

9.6. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.7. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Defensor Público Geral, na hipótese de existência de recursos.

9.8. Se o licitante desatender às exigências previstas neste item, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10. **INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ N° 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.9. fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos limites do art. 156, inciso III, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos limites do art. 156, inciso IV, §5º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ N° 1202 de 18 de Janeiro de 2023.
- 10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no edital, bem como, no item 14 do Termo de Referência (anexo I).

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: do endereço eletrônico nulic@defensoria.rj.def.br, até o final do último dia do prazo referido.
- 11.3.1. Tanto as respostas às impugnações quanto os pedidos de esclarecimentos serão divulgados no endereço eletrônico da DPRJ, www.defensoria.rj.def.br. ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Não sendo interposto recurso, o Subdefensor Público Geral de Gestão adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público Geral adjudicará e homologará o procedimento.
- 12.2. Uma vez homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado, eletronicamente, para assinatura do contrato.
- 12.2.1. O prazo para assinatura do contrato é de 72 (setenta e duas) horas após a convocação.
- 12.2.2. Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a DPRJ, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.3. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva se comprometem a proceder o imediato cadastro como usuário externo no

sistema SEI! por meio do link "https://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0" , clicando em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", lendo atentamente o texto inicial apresentado e preenchendo o formulário em seguida. (dados solicitados)

12.3.1. Em seguida, os interessados deverão:

12.3.2. Baixar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade (https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo_de_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Concord%C3%A3ncia_e_Veracidade.pdf);

12.3.3. Preencher e assinar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade;

12.4. O adjudicatário e os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta melhor classificada deverão optar entre encaminhar a documentação por via:

12.4.1. **Postal**, para o endereço: Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020-080), com os seguintes documentos:

a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;

b) Cópia autenticada em cartório do documento de identificação civil no qual conste CPF.

12.4.2. **Eletrônica**, para o endereço eletrônico: codoc@defensoria.rj.def.br, com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br, com o seguinte documento:

a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade original (digital) preenchido e assinado eletronicamente pelo próprio usuário externo, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2011 ou norma que venha a substituí-la. Neste caso, fica dispensada a apresentação do documento de identidade, uma vez que a autenticidade da assinatura será verificada pela validação da cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

12.4.3. Na hipótese do item 12.4.2 - quando o documento for enviado por meio eletrônico (sem assinatura com certificado digital) -, a Coordenação de Gestão Documental estará autorizada a validar o cadastro do usuário externo desde que conste em processo eletrônico do SEI da DPRJ a seguinte documentação:

a) Termo de declaração de concordância e veracidade original preenchido;

b) Cópia de identidade;

c) Documento no Sei assinado por usuário servidor ou defensor público da DPRJ, indicando que os documentos apresentados pelo usuário conferem com o original.

12.4.4. Para os membros de Entidades Públicas Federal, Estadual ou Municipal, a autenticidade do documento de identidade poderá ser suprimida mediante a apresentação da cópia de Ato de investidura do agente público na administração.

12.5. Verificar se os dados preenchidos estão corretos, confirmar e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação;

12.5.1. Enviar o termo assinado junto com a cópia da identidade encaminhados de forma digital (digitalizado) para o e-mail codoc@defensoria.rj.def.br com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br.

12.6. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o cadastro acima mencionado atualizado, devendo informar por escrito, quaisquer alterações do endereço de e-mail cadastrado para fins de recebimento de notificações.

12.7. As notificações às licitantes e adjudicatárias serão efetuadas no endereço de e-mail cadastrado no Compras.Gov; inclusive as decorrentes de procedimentos destinados a apurar a responsabilidade destes, nos termos dos art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de penalidade administrativa.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado à vista, mensalmente, considerando o número de laudos entregues em cada mês, conforme demanda da contratante.

13.2. Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA NO BRADESCO (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta detalhe.

13.3. Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

13.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

- 13.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira com base no IPCA, nos termos do art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die. Aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.
- 13.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.
- 13.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.
- 13.8. A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.
- 13.9. Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

14. RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.defensoria.rj.def.br.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.092.0515.4453

NATUREZA DA DESPESA: 339039

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da DPRJ, <https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Proposta Detalhe
ANEXO III	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016
ANEXO V	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VI	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
ANEXO VII	Declaração de Inexistência de Penalidade
ANEXO VIII	Modelo de Declaração em Atendimento ao § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021
ANEXO IX	Minuta Contratual
ANEXO X	Documento de Oficialização de Demanda (DOD)
ANEXO XI	Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ANEXO XII	Análise de Riscos
-----------	-------------------



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 04/05/2026, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2085466** e o código CRC **54112503**.

ANEXOS AO EDITAL
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL

ANEXO II
PROPOSTA DETALHE

	SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90008/26 A Realizar-se: 19/05/2026 - 11:00H Processo nº E-20/001.012843/2025			
	A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL.			CARIMBO DA FIRMA			
LOTE	ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (CATSER)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO (R\$)	
						UNIT.	TOTAL
I	01	20540	Exame de Trio – Investigação de vínculo genético – Exame de DNA – análise com o(a) investigante e a mãe biológica e o suposto pai.	Serviço	1000		

		VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:				
02	20540	Exame de Duo – Investigação de vínculo genético – Exame de DNA – análise com o(a) investigante e o suposto pai ou suposta mãe VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	140		
03	20540	Exames de irmandade plena - Investigação de vínculo genético com duas ou mais pessoas para verificar se compartilham o mesmo pai e mãe - Exame de DNA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	20		
04	20540	Exame de reconstituição de genótipo de suposto/a pai/mãe - Exame de DNA realizado com até 04 (quatro) pessoas envolvidas, utilizando como parâmetro genético parente(s) direto(s) do(a) investigado(a) falecido(a) ou ausente VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	200		
05	20540	Exame de reconstituição de genótipo de suposto/a pai/mãe - Exame de DNA realizado com 05 (cinco) pessoas envolvidas ou mais, utilizando como parâmetro genético parente(s) direto(s) do(a) investigado(a) falecido(a) ou ausente. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	5		
06	20540	Exames post-mortem com amostras ósseas de exumação ou coleta em morgue VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	5		
07	20540	Periciando adicional VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Serviço	25		
08	20540	Análise de fragmentos de unha	Serviço	5		

			VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:				
	09	20540	Análise de fios de cabelo VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	Serviço	5		
	<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>			<p>Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em _____/_____. _____/_____.</p> <p>FIRMA PROPONENTE</p>			
	DATA / /			FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL			

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE	ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90008/26 A Realizar-se: 19/05/2026- 11:00H Processo nº E-20/001.012843/2025
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL.	CARIMBO DA FIRMA

ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
					UNIT.	TOTAL
		<p><u>DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE:</u></p> <p><u>Banco (Nome/Número)</u></p> <p><u>Ag. (Nome/número)</u></p> <p><u>Conta Corrente nº:</u></p> <p><u>INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO:</u></p> <p><u>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ</u></p> <p><u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u></p> <p><u>INSC. ESTADUAL: ISENTO</u></p> <p><u>END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080.</u></p>				
<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>			<p>Prazo para execução: Conforme ANEXO I.</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em: / /</p>			
<p>DATA / /</p>			<p>FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p>			

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº PE 90008/26**, promovido por essa DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo) – CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/26**, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____
(Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/26**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro também, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Nº 14.133/21.

..... (data)

..... (representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no **Edital nº 90008/26**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, de de .

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À Comissão de Pregão a/c Sr. Pregoeiro (a)

Referente ao **Pregão Eletrônico DPRJ nº 90008/26**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador(a) da cédula de identidade nº , expedida por , DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO § 1º, ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90008/26**, promovido por esta DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo), CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ANEXO IX

MINUTA

CONTRATO Nº XXX/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA), NAS MODALIDADES “IN VIVO” E “POST-MORTEM”, CONTEMPLANDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO, DESDE A COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS ATÉ EMISSÃO E ENTREGA DOS LAUDOS TÉCNICOS QUE CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ E A EMPRESA_____ , NA FORMA ABAIXO:

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ)**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Av. Marechal Câmara nº 314, Centro, Rio de Janeiro/RJ, devidamente autorizada pelo Subdefensor Público-Geral de Gestão, **DR.º FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, e a sociedade empresária situada na Rua_, Bairro_, Cidade_e inscrita no CNPJ/MF sob o nº , daqui por

diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade, resolvem celebrar a presente, com fundamento no processo administrativo nº E-20/001.012843/2025, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, DE 1º de abril de 2021, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ N° 1202 de 18 de Janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO (ART. 92, I E II)**

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA), NAS MODALIDADES “IN VIVO” E “POST-MORTEM”, CONTEMPLANDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO, DESDE A COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS ATÉ EMISSÃO E ENTREGA DOS LAUDOS TÉCNICOS**, conforme as especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação) e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021, mediante justificativa de interesse público e conveniência administrativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Informação quanto a existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO**

Fica vedada a subcontratação da parcela de maior relevância técnica da contratação, qual seja, a execução direta das análises laboratoriais de DNA, emissão e entrega dos respectivos laudos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será admitida a subcontratação tão somente no que pertine à etapa de coleta do material genético e do transporte do material biológico até a CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a preservação da integridade das amostras e da cadeia de custódia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPRJ, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da contratada.

5. **CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$ (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

O pagamento será realizado à vista, mensalmente, considerando o número de laudos entregues em cada mês, conforme demanda da contratante. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da atestação, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo constar na proposta comercial: CNPJ, banco, agência e número da conta corrente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO SEXTO - O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

PARÁGRAFO OITAVO - Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V)**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (DD/MM/AAAA) ou do último reajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno de um ano, a contar do orçamento estimado ou do último reajuste, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pela CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUARTA - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTA - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO -Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - V) demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - VI) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- i) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado em até 60 (sessenta) dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- m) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- o) Além das obrigações previstas no item 6 do Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- s) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- t) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- u) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- v) Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

- w) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- x) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- y) Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- z) Além das obrigações previstas no item 7 do Termo de Referência.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)**

A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual em uma das modalidades previstas no Art. 96, da Lei 14.133 de 2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei 14.133 de 2021, o prazo para apresentação será de 1 (um mês), contado da data de homologação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pela CONTRATADA, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

I - Danos diretos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Danos diretos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

IV - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEXTO – A garantia somente será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa, na forma do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A apuração das infrações às cláusulas do contrato e edital observará o contraditório e a ampla defesa e seguirá o procedimento previsto na Resolução DPGE 1.202 de 18 de janeiro de 2023

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Também deverá ser observado o disposto no item 14 do TR.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I - a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contratante poderá ainda:

- a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.092.0515.4453

NATUREZA DA DESPESA: 339039

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, demais normas aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial eletrônico da DPRJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, é assinada eletronicamente pelas partes.

ANEXO I (DO CONTRATO Nº XX/2026)**TERMO DE COMPROMISSO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS****CLÁUSULA 1 – OBJETO E FINALIDADE**

1.1. O presente Anexo tem por objeto a proteção dos dados pessoais compartilhados para prestação dos serviços contratados pelo Contrato principal, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

1.2. A CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais compartilhados para prestação dos serviços contratados no Contrato principal, exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas da CONTRATANTE, com fins de:

I – Prestar os serviços contratados pela CONTRATANTE, de acordo com as especificações e limitações ali previstas, especificamente na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA), NAS MODALIDADES “IN VIVO” E “POST-MORTEM”, CONTEMPLANDO TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO, DESDE A COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS ATÉ EMISSÃO E ENTREGA DOS LAUDOS TÉCNICOS**, a fim de identificar o membro da Defensoria demandante da solução, bem como capturar informações sobre a forma de estabelecer um contato e para agendar o atendimento presencial, se for o caso;

II – Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pela CONTRATANTE que sejam consistentes com os termos do presente Contrato;

III – Dar cumprimento as normativas aplicáveis, notadamente a Lei n.º 13.709/2018 e normas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

1.3. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto, nos termos da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA 2 – IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL, HIPÓTESE DE COMPARTILHAMENTO, DADOS PESSOAIS E FUNÇÕES

2. Para os fins deste Contrato, consideram-se:

I – Bases legais: art. 7º, III, art. 11º, art. 14º e art. 23, caput, da Lei n.º 13.709/2018;

II – Hipótese de compartilhamento: art. 26, § 1.º, IV, da Lei n.º 13.709/2018;

III – Dados pessoais: Nome completo; RG; CPF; Endereço; e-mail; Telefone; dentre outros necessários.

IV – Controladora: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

V – Operadora: A CONTRATADA, empresa ou a pessoa jurídica que realizará o tratamento dos dados pessoais seguindo as ordens da controladora a partir da escolha dos meios técnicos razoáveis para tanto e executará o Contrato principal.

CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO

3.1. O prazo de vigência deste Anexo é equivalente ao prazo de vigência do Contrato principal: 12 (doze) meses, a contar da publicação do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei, mediante termo aditivo, conforme dispõe art. 107 da Lei n.º 14133/2021.

3.2. O prazo de duração do uso dos dados pessoais compartilhado por força do Contrato principal é equivalente ao prazo de vigência deste: 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 4 – MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS

4.1. Sempre que tiver acesso ou realizar qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a dar cumprimento à Lei n.º 13.709/2018 e demais normas e orientações aplicáveis, especialmente aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4.2. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula.

4.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

4.4 A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

4.5 A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

4.6 A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência do Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei n.º 13.709/2018.

4.7 A CONTRATADA compromete-se a cumprir a Resolução DPGE n.º 1.090/2021 (<https://www.defensoria.rj.def.br/legislacao/detalhes/11247-RESOLUCAO-DPGERJ-N-1090-DE-09-DE-ABRIL-DE-2021>), que institui a Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial o disposto no artigo 6º, que trata dos deveres dos operadores de dados.

CLÁUSULA 5 – TRANSPARÊNCIA E DIREITOS DOS TITULARES

5.1. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, devendo a CONTRATANTE publicar o Contrato no seu sítio eletrônico e portal de transparência.

5.2. A CONTRATANTE comunicará a celebração do Contrato principal à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com fulcro no arts. 26, § 2.º, e 27, caput, da Lei n.º 13.709/2018.

5.3. No que dizem respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei n.º 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

5.4. No que dizem respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei n.º 13.709/2018, deve:

I – notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de 24h (vinte e quatro horas);

II – auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA 6 – PREVENÇÃO E SEGURANÇA

6.1 Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

6.2 A CONTRATADA compromete-se a cumprir a Resolução DPGE n.º 1.142/2022 (<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/Doe/2022.04.27.pdf>), que institui o Plano de Resposta a Incidentes de Segurança no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, especialmente o seu art. 5.º.

6.3 A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE imediatamente quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

6.4 A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), especialmente aquelas descritas no art. 7.º da Resolução DPGE n.º 1.142/2022.

6.5 A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, enquanto entidade controladora.

6.6 A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

6.7 A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA 7 – SUBCONTRATAÇÃO

7.1 A CONTRATADA pode subcontratar direitos e obrigações derivadas deste Contrato, desde que autorizado pela CONTRATANTE e para viabilizar o cumprimento do Contrato.

7.2 Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

7.3 Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

CLÁUSULA 8 – TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

8.1 É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

CLÁUSULA 9 – RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

9.1. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei n.º 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

9.2. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

9.3 A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de 24h (vinte e quatro horas), por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA 10 – AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

10.1 As obrigações fixadas neste Anexo e decorrentes da Lei n.º 13.709/2018 não importam em oneração financeira ao Contrato principal.

CLÁUSULA 11 – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O prazo do presente Anexo está vinculado ao prazo do Contrato principal.

11.2 Após o término do Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, cópia dos dados pessoais que estejam na posse e sistemas das primeiras, ocasião em que a CONTRATANTE deverá assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu nos termos do contrato.

11.3 Após esse procedimento, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo, de qualquer registro dos dados pessoais e deverá certificar à CONTRATANTE, por escrito, o cumprimento dessa obrigação, exceto caso o seu armazenamento seja exigido pela legislação aplicável.

ANEXO X DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD)

Referência: Processo Administrativo n.º E-20/001.012843/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE

POLO DE MEDIAÇÃO E AÇÕES RESTAURATIVAS - DPERJ

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: ANA ROSENBLATT

ID FUNCIONAL: 896.709-3

E-MAIL: ana.rosenblatt@defensoria.rj.def.br

TELEFONE: 21 99104-2664

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Necessidade de garantir, de forma contínua, a realização de exames de vínculo genético (DNA) para reconhecimento de paternidade e maternidade, nas modalidades *in vivo* e *post mortem*, para atendimento das demandas judiciais e extrajudiciais da DPERJ.

3. JUSTIFICATIVA PARA A DEMANDA

A presente demanda tem por finalidade oficializar a necessidade de contratação de serviços especializados para a realização de exames laboratoriais de DNA, conforme demanda apresentada pelo Polo de Mediação e Ações Restaurativas - Núcleo de DNA da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, unidade técnica responsável pela coordenação, execução e acompanhamento de exames genéticos voltados à investigação de vínculo biológico de parentesco.

O Núcleo de DNA da DPE/RJ atua de forma contínua e ininterrupta, desde 1997, sendo referência nacional na promoção do acesso à justiça, na efetivação do direito fundamental à filiação e na garantia da dignidade da pessoa humana. Suas atividades atendem tanto demandas extrajudiciais quanto judiciais, envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade social que necessitam da comprovação do vínculo biológico para o exercício de direitos civis, familiares, sucessórios e previdenciários.

A realização de exames de DNA na modalidade *in vivo* é essencial para o reconhecimento de paternidade e maternidade, quando os envolvidos estão vivos, viabilizando a solução de demandas relacionadas a registro civil, alimentos, guarda, convivência familiar e demais direitos decorrentes do vínculo de filiação.

De igual modo, os exames de DNA na modalidade *post mortem* são indispensáveis nos casos em que o suposto genitor ou genitora é falecido, permitindo a investigação do vínculo biológico por meio de análise genética indireta, assegurando o direito à identidade, à origem genética e ao acesso a direitos sucessórios.

Considerando a natureza técnica e especializada do serviço, bem como a necessidade de observância de rigorosos critérios científicos, legais e éticos, torna-se imprescindível a contratação de empresa ou laboratório especializado, de modo a garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de DNA da DPE/RJ.

Dessa forma, a presente contratação visa assegurar a continuidade de serviço público essencial, preservando a eficiência administrativa, a segurança jurídica e o interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

4 . ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE MATERIAL/SERVIÇO A SER CONTRATADO

Para fins de estimativa quantitativa, será adotado como parâmetro o histórico de exames realizados pelo NUDNA, nos últimos anos, bem como a previsão de crescimento para 2026. A utilização do histórico contratual como referência atende ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Resolução DP/RJ nº 1.245/2024, baseia-se em dados concretos e na experiência administrativa acumulada, promovendo planejamento eficiente e racional dos recursos públicos. A análise da série histórica de exames realizados, no período de 2019 a 2025, demonstra crescimento gradativo da demanda após a pandemia, conforme tabela a seguir:

Tipo de exame	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Trio	662	331	140	334	523	610	600
Duo	94	56	14	54	92	95	104
Reconstituição de genótipo (até 4 periciandos)	132	83	30	85	139	154	188
Reconstituição de genótipo (5 ou mais periciandos)	1	3	1	3	4	3	2
Irmandade plena	3	12	1	6	12	2	2
Exames post mortem (exumação/coleta em morgue)	0	2	4	2	1	1	1
Periciando adicional	18	17	9	12	12	13	21
Análise de fragmento de unha	2	0	0	0	0	0	0
Análise de fragmento de cabelo	0	0	0	0	0	0	0
Total anual de exames	912	504	199	496	783	878	918

Fonte: Núcleo de DNA - DPRJ

Verifica-se que houve queda significativa, nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia do vírus COVID-19, que impactou diretamente a prestação de serviços públicos presenciais. A partir de 2022, observa-se a retomada dos atendimentos, e, entre 2023 e 2025, o crescimento consistente da demanda, que se dá não apenas em volume total, mas também na complexidade dos exames realizados.

A redução decorrente das restrições sanitárias da pandemia impôs a suspensão/limitação das coletas, enquanto o crescimento posterior reflete a absorção da demanda reprimida e ampliação do acesso ao serviço.

A partir de 2026, a previsão é de crescimento exponencial da demanda, em razão do implemento do Mutirão Raízes (E-20/001.009818/2025), que prevê mutirões de coleta de amostras e de entregas de laudo em todo o Estado.

Com base na análise do histórico de contratações anteriores, na média de atendimentos realizados nos exercícios recentes e na projeção da demanda institucional, apontamos como **quantitativo médio anual adequado o total aproximado de 1405 exames de DNA**, abrangendo as diferentes modalidades previstas, conforme tabela a seguir:

Tipo de exame	2026
Trio	1000
Duo	140
Reconstituição de genótipo (até 4 periciandos)	200
Reconstituição de genótipo (5 ou mais periciandos)	5
Irmandade plena	20
Exames post mortem (exumação/coleta em morgue)	5
Periciando adicional	25
Análise de fragmento de unha	5
Análise de fragmento de cabelo	5
Total anual de exames	1405

Além disso, faz-se necessário o fornecimento de kits de coleta para situações em que um dos periciando encontra-se em outro estado da federação e inexistente laboratório parceiro para realizar a coleta no local. Estimamos a utilização de cerca de 5 kits anualmente.

5. REGISTRO HISTÓRICO E PREVISÃO DE DATA PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ENTREGA DO OBJETO

Informamos a existência de contratação anterior de objeto idêntico, referente à prestação de serviços especializados para a realização de exames de DNA destinados ao reconhecimento de paternidade e vínculo biológico, celebrada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Núcleo de DNA (CATSER 20540). A referida contratação encontra-se formalizada no processo administrativo nº E -20/001.002957/2020, cuja vigência contratual se estende até o mês de junho do corrente ano através de termos aditivos. O quantitativo e o volume previstos no contrato vigente mostraram-se adequados ao atendimento da demanda institucional, assegurando a prestação contínua e regular do serviço, sem prejuízo à qualidade dos exames realizados ou ao fluxo de atendimento aos assistidos.

Considerando a essencialidade do serviço e a necessidade de garantir a continuidade das atividades do Núcleo de DNA, a previsão para o início da prestação do novo contrato deverá ocorrer imediatamente após o término da vigência do contrato atual, previsto para o mês de junho do corrente ano e, de modo a evitar qualquer solução de continuidade que possa comprometer o regular funcionamento do serviço e o atendimento aos assistidos da Defensoria Pública.

6. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A área demandante informa que a contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício correspondente.

A demanda está registrada no Plano Anual de Contratações elaborado por esta Secretaria e formalizado no processo administrativo nº **E-20/001.004545/2025**, conforme consignado na **Planilha SEI nº 1824184**, atendendo às diretrizes de planejamento institucional e às disposições da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução DP/RJ n.º 1.245/2024.

Dessa forma, resta demonstrada a compatibilidade da contratação com o planejamento previamente aprovado pela Instituição, constituindo requisito indispensável à formalização da presente demanda.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização da contratação dos serviços de realização de exames de DNA para reconhecimento de paternidade, maternidade e/ou vínculo biológico, **in vivo e post mortem**, serão exercidas pelos seguintes servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

- a) Titular: ANDREIA CARDOSO FERREIRA - matrícula: 9215351, NUDNA
- b) Titular: ELAINE DE OLIVEIRA CANDIDO - matrícula: 30958904, NUDNA
- c) Substituto: GUSTAVO CASTILHO PEREIRA - matrícula: 30959480, POMAR

ANA ROSENBLATT

COORDENADORA DO POLO DE MEDIAÇÃO E AÇÕES RESTAURATIVAS

MAT. 896.709-3

ANEXO XI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.012843/2025

1. INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

A presente demanda é oriunda do **Núcleo de DNA da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, unidade técnica responsável pela coordenação, execução e acompanhamento de exames genéticos destinados à investigação de vínculo biológico de parentesco, no âmbito das demandas judiciais e extrajudiciais atendidas pela Instituição.

A contratação que se pretende realizar visa garantir, de forma contínua, a realização de exames de vínculo genético (DNA) para reconhecimento de paternidade e maternidade, nas modalidades *in vivo* e *post mortem*, para atendimento das demandas judiciais e extrajudiciais da DPERJ.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, atua de forma permanente na garantia do direito fundamental à filiação, à identidade e à dignidade da pessoa humana, sendo recorrente a necessidade de comprovação do vínculo biológico de paternidade e maternidade para a solução de demandas relacionadas a registro civil, alimentos, guarda, sucessões, benefícios previdenciários e demais efeitos jurídicos decorrentes da filiação.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do **Núcleo de DNA da DPE/RJ**, que exerce essa atribuição de forma **contínua e ininterrupta, desde o ano de 1997**, consolidando-se como referência nacional na realização de exames genéticos voltados ao reconhecimento de vínculos familiares. Ao longo de sua trajetória, o Núcleo de DNA viabilizou inúmeros casos

relevantes de **reconhecimento de paternidade e maternidade**, inclusive em situações de alta complexidade, contribuindo não apenas para a efetivação de direitos jurídicos, mas também para a **reconstrução de histórias familiares**, a reafirmação da identidade pessoal e, em diversos casos, para a **localização de parentes e a descoberta de paradeiros**, promovendo o reencontro de famílias e o resgate de vínculos afetivos.

A atuação técnica do Núcleo de DNA revela-se essencial para o cumprimento da missão institucional da Defensoria Pública, especialmente no atendimento à população em situação de vulnerabilidade, que depende do acesso gratuito e qualificado a esse serviço para o exercício pleno de seus direitos.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a **contratação de serviços especializados para a realização de exames laboratoriais de DNA**, nas modalidades **in vivo** — quando as partes envolvidas estão vivas — e **post mortem** — quando o suposto genitor ou genitora é falecido —, de modo a assegurar a **continuidade, a eficiência e a qualidade** do serviço essencial prestado pelo Núcleo de DNA da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE E RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Nesse ponto deve-se inserir, objetivamente, a área que demanda a contratação e os responsáveis pela demanda.

3.1 Identificação da Área Demandante:

Entidade: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade /Coordenação: Polo de Mediação e Ações Restaurativas - POMAR

3.2 Responsável pela Demanda:

Responsável pela demanda: ANA ROSENBLATT

Responsável pela elaboração do documento: ANA ROSENBLATT E ANDREIA CARDOSO FERREIRA

Telefone: 21 991042664

E-mail: ana.rosenblatt@defensoria.rj.def.br

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a prestação de **serviços especializados para a realização de exames laboratoriais de DNA**, destinados à investigação de vínculo biológico de paternidade e maternidade, nas modalidades **in vivo e post mortem**, de forma contínua e adequada às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O serviço a ser contratado deverá contemplar a realização de exames com análise de microsatélites (*Short Tandem Repeats* - STR), bem como, quando aplicável, a análise de cromossomo Y e DNA mitocondrial, utilizando as metodologias de reação em cadeia de polimerase (PCR) e análise de fragmentos, assegurando a confiabilidade dos resultados, bem como a **emissão de laudos técnicos conclusivos**, claros e aptos à utilização em demandas judiciais e extrajudiciais.

Deverá, ainda, garantir o **sigilo das informações genéticas**, a integridade das amostras biológicas e a observância da cadeia de custódia, desde a coleta do material, passando por transporte, guarda, acondicionamento, até a entrega do laudo, além do cumprimento de **prazos compatíveis com a natureza do serviço**, nos seguintes termos: 20 (vinte) dias corridos entre coleta e entrega do laudo para exames de DUO ou TRIO; 30 (trinta) dias para reconstituição de genótipo; 90 (noventa) dias para amostras *post-mortem*; ressalvados os casos de urgência, devidamente justificados, assegurando a continuidade e a eficiência do atendimento prestado pelo Núcleo de DNA da DPE/RJ.

Os requisitos ora definidos visam demonstrar que a contratação pretendida é **adequada e suficiente para atender à necessidade institucional**, não se confundindo com os requisitos de habilitação a serem exigidos na fase de seleção do fornecedor.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas as soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de investigação de vínculo biológico de paternidade e maternidade, nas modalidades **in vivo e post mortem**.

Solução 1 - Execução direta do pela Defensoria Pública:

A execução direta do serviço pela Defensoria Pública foi descartada, em razão da inexistência de infraestrutura laboratorial, equipamentos e pessoal técnico especializado, além do elevado custo de implantação e manutenção. Também foi analisada a possibilidade de aquisição ou locação de equipamentos, a qual se mostrou inviável diante dos altos custos, da necessidade de equipe técnica permanente e da incompatibilidade com a variação da demanda.

Solução 2 - Formalização de Termo de Convênio ou Cooperação com outras instituições:

A alternativa de parcerias informais ou cooperação com outras instituições não se revelou adequada, por não garantir regularidade, padronização, cumprimento de prazos e responsabilização contratual suficientes para atender às demandas judiciais e extrajudiciais da DPE/RJ.

Solução 3 - Contratação de empresa especializada:

A **licitação para contratação de laboratório especializado** mostrou-se a solução mais adequada e vantajosa, diante da existência de fornecedores no mercado com capacidade técnica comprovada, permitindo a realização dos exames com segurança, eficiência e continuidade.

Conclui-se, portanto, que a contratação de serviços especializados atende de forma mais eficiente e econômica à necessidade institucional, sem restrição indevida à competitividade, permanecendo apenas os requisitos indispensáveis à qualidade do serviço.

3.1 - Análise Contratações Similares:

Com o objetivo de identificar soluções já adotadas por outros órgãos públicos para a realização de exames laboratoriais de DNA destinados à investigação de vínculo biológico, foram analisadas contratações similares realizadas por Defensorias Públicas, Ministérios Públicos e demais órgãos da Administração Pública, por meio de consultas ao site do PNCP.

Verificou-se que a solução comumente adotada consiste na **contratação de laboratórios especializados**, por meio de licitação ou contratação direta, para a realização de exames de DNA nas modalidades **in vivo** e, em alguns casos, **post mortem**, especialmente no âmbito de programas institucionais voltados ao reconhecimento de paternidade.

3.2 - Quadro Comparativo – Contratações Similares:

Órgão Público	Objeto de contratação	Da modalidade	ID PNCP
Ministério Público do Pará	Exames de DNA para investigação de paternidade	Pregão Eletrônico	05054960000158-1-000171/2025
Estado de Sergipe	Exames de DNA para investigação de paternidade	Pregão Eletrônico	03507415002864-1-000191/2025
Tribunal de Justiça da Bahia	Exames de DNA para investigação de paternidade	Pregão Eletrônico	13100722000160-1-000075/2025
Defensoria Pública do Paraná	Exames de DNA para investigação de paternidade	Pregão Eletrônico	13950733000139-1-000014/2025

A análise das contratações similares evidencia que **não é usual a execução direta do serviço pelo órgão público**, tampouco a aquisição ou locação de equipamentos laboratoriais, em razão da elevada complexidade técnica, dos custos envolvidos e da necessidade de profissionais especializados. As soluções alternativas, como parcerias informais ou cooperação institucional, não garantem regularidade, padronização, cumprimento de prazos ou responsabilização contratual, sendo, portanto, inadequadas para atender às demandas permanentes da Administração.

Diante desse cenário, a **contratação de laboratório especializado** revela-se a solução mais adequada, eficiente e alinhada às práticas adotadas por outros órgãos públicos, atendendo plenamente aos requisitos da contratação e às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Ressalta-se que o presente levantamento **não substitui a pesquisa de mercado**, a qual será realizada pelo **Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da Diretoria de Contratos, Licitações e Convênios**, etapa indispensável do procedimento licitatório e responsável pela composição da cesta de preços da contratação.

6. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A partir do levantamento de mercado realizado, verificou-se que a solução que melhor atende à necessidade institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro consiste na **contratação de serviços especializados para a realização de exames laboratoriais de DNA**, destinados à investigação de vínculo biológico de paternidade e maternidade, nas modalidades **in vivo** e **post mortem**.

A solução escolhida apresenta-se como a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando que a DPE/RJ não dispõe de infraestrutura laboratorial própria, equipamentos específicos, insumos ou equipe técnica especializada em genética molecular que permitam a execução direta desses exames, o que inviabiliza a prestação do serviço por meios próprios.

O serviço a ser contratado compreende a execução integral dos exames de DNA, incluindo o processamento e a análise de material genético, a aplicação de metodologias reconhecidas cientificamente, bem como a **emissão de laudos técnicos conclusivos**, com validade jurídica, aptos a subsidiar demandas administrativas e judiciais atendidas pela Defensoria Pública.

Deverão ser observados, como requisitos mínimos do serviço, a adoção de padrões técnicos e de qualidade compatíveis com a complexidade da atividade, a confiabilidade e precisão dos resultados, a confidencialidade das informações, o cumprimento de prazos adequados e a responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado.

O quantitativo de exames será definido de acordo com a demanda estimada pelo Núcleo de DNA da DPE/RJ, considerando o histórico de atendimentos e a necessidade de manutenção contínua do serviço, caracterizado como essencial ao cumprimento das atribuições institucionais da Defensoria Pública.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de laboratório especializado para a realização de exames de DNA é a solução que melhor se adequa à resolução do problema apresentado, assegurando a continuidade do serviço prestado pelo Núcleo de DNA da DPE/RJ e a efetivação dos direitos fundamentais à filiação, à identidade e à dignidade da pessoa humana.

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTATADAS

A estimativa de quantitativos prevista neste Estudo Técnico Preliminar encontra-se integralmente alinhada aos itens anteriores, que identificaram a demanda institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro por exames de DNA como contínua, recorrente e essencial à instrução de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais relacionados à investigação de vínculo genético.

A análise da série histórica de exames realizados, no período de 2019 a 2025, demonstra crescimento gradativo da demanda após a pandemia, conforme tabela a seguir:

Tipo de exame	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Trio	662	331	140	334	523	610	600
Duo	94	56	14	54	92	95	104
Reconstituição de genótipo (até 4 periciandos)	132	83	30	85	139	154	188
Reconstituição de genótipo (5 ou mais periciandos)	1	3	1	3	4	3	2
Irmandade plena	3	12	1	6	12	2	2
Exames post mortem (exumação/coleta em morgue)	0	2	4	2	1	1	1
Periciando adicional	18	17	9	12	12	13	21
Análise de fragmento de unha	2	0	0	0	0	0	0
Análise de fragmento de cabelo	0	0	0	0	0	0	0
Total anual de exames	912	504	199	496	783	878	918

Fonte: Núcleo de DNA - DPRJ

Verifica-se que houve queda significativa, nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia do vírus COVID-19, que impactou diretamente a prestação de serviços públicos presenciais.

A partir de 2022, observa-se a retomada dos atendimento e, entre 2023 e 2025, o crescimento consistente da demanda, que se dá não apenas em volume total, mas também na complexidade dos exames realizados.

A redução decorrente das restrições sanitárias da pandemia impôs a suspensão/limitação das coletas, enquanto o crescimento posterior reflete a absorção da demanda reprimida e ampliação do acesso ao serviço.

A partir de 2026, a previsão é de crescimento exponencial da demanda, em razão do implemento do Mutirão Raízes (SEI [E-20/001.009818/2025](#)), que prevê mutirões de coleta de amostras e de entregas de laudo em todo o Estado.

Com base na análise do histórico de contratações anteriores, na média de atendimentos realizados nos exercícios recentes e na projeção da demanda institucional, apontamos como **quantitativo médio anual adequado o total aproximado de 1405 exames de DNA**, abrangendo as diferentes modalidades previstas, conforme tabela a seguir:

Tipo de exame	2026
Trio	1000
Duo	140
Reconstituição de genótipo (até 4 periciandos)	200
Reconstituição de genótipo (5 ou mais periciandos)	5
Irmandade plena	20
Exames post mortem (exumação/coleta em morgue)	5
Periciando adicional	25
Análise de fragmento de unha	5
Análise de fragmento de cabelo	5
Total anual de exames	1405

Fonte: Núcleo de DNA - DPRJ

7.1 - Identificação no CATSER:

CATSER - 20540

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Ressalta-se que os quantitativos indicados possuem **caráter estimativo**, não representando obrigação de contratação da totalidade dos exames previstos, uma vez que a execução do objeto ocorrerá **sob demanda**, conforme as necessidades efetivas da CONTRATANTE, nos limites do valor global contratado.

Levantamento preliminar de mercado indica valores médios estimados entre **R\$ XXXX e R\$ XXXX** para exames *in vivo*, e entre **R\$ XXXX e R\$ XXXX** para exames *post mortem*, a depender da complexidade.

Além deste quantitativo, faz-se necessário o fornecimento de kits de coleta para situações em que um dos periciandos encontra-se em outro estado da federação e inexistia laboratório parceiro para realizar a coleta no local. Esta prática não encontrava previsão contratual anterior. **Estimamos a utilização de 5 kits anualmente, no valor de R\$ XXXX cada um**, conforme pesquisa preliminar.

Levantamento preliminar, com base na contratação atual, acrescido do reajuste do IPCA, indica os seguintes valores estimados:

Tipo de exame	Valor unitário	Quantitativo	Previsão para 2026
Trio	R\$ XXXX	1000	R\$ XXXX
Duo	R\$ XXXX	140	R\$ XXXX

Reconstituição de genótipo (até 4 periciandos)	R\$ XXXX	200	R\$ XXXX
Reconstituição de genótipo (5 ou mais periciandos)	R\$ XXXX	5	R\$ XXXX
Irmandade plena	R\$ XXXX	20	R\$ XXXX
Exames post mortem (exumação ou coleta em morgue)	R\$ XXXX	5	R\$ XXXX
Periciando adicional	R\$ XXXX	25	R\$ XXXX
Análise de fragmento de unha	R\$ XXXX	5	R\$ XXXX
Análise de fragmento de cabelo	R\$ XXXX	5	R\$ XXXX
Kits de coleta	R\$ XXXX	5	R\$ XXXX
Total anual de exames			R\$ XXXX

Dessa forma, estima-se para a contratação o montante de R\$ XXXX.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Nos termos da legislação vigente, o parcelamento da contratação deve ser adotado sempre que possível, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Contudo, no presente caso, **a divisão do objeto não se mostra técnica nem economicamente recomendável.**

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que o seu fracionamento comprometeria a **funcionalidade, a economicidade e a qualidade técnica da contratação**, uma vez que os serviços de exames de DNA demandam execução **integrada e contínua**, envolvendo etapas interdependentes de coleta, acondicionamento, transporte, análise laboratorial, interpretação estatística e emissão de laudos.

A decisão de não parcelar o objeto da contratação fundamenta-se em uma análise detalhada que contempla aspectos técnicos, econômicos e operacionais, com vistas a assegurar eficiência, economicidade e qualidade no atendimento à população. A abordagem unificada permite maior economia de escala, podendo resultar em preços mais competitivos e condições financeiras vantajosas para a Instituição. Além disso, a unificação do fornecimento assegura a padronização dos procedimentos, elemento essencial para garantir a uniformidade, a confiabilidade e a aceitação legal dos laudos técnicos emitidos.

Ademais, centralizar os serviços em um único laboratório especializado reduz significativamente a complexidade burocrática, facilitando o agendamento, a execução dos exames e o fluxo de comunicação. A integração dos serviços reduz riscos de interrupções decorrentes de múltiplos fornecedores, permitindo um fluxo contínuo e ininterrupto de atendimento. Essa centralização também diminui esforços administrativos relacionados a processos licitatórios, monitoramento de contratos e processamento de pagamentos, traduzindo-se em ganhos de eficiência organizacional.

Por sua vez, um único fornecedor tem maior capacidade de implementar mecanismos de supervisão contínua, aumentando a precisão e a confiabilidade dos laudos emitidos, bem como a segurança da cadeia de custódia, além de simplificar a interlocução e a resolução de eventuais problemas, minimizando o impacto sobre os serviços prestados.

O fracionamento da contratação poderia elevar os custos devido à fragmentação do escopo e da escala. A administração de contratos com múltiplos laboratórios traz desafios significativos, incluindo a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores e o aumento da carga administrativa. Além disso, o parcelamento amplifica o risco de interrupção nos atendimentos, seja por falhas contratuais ou por limitações operacionais de um dos fornecedores.

Contratar um único laboratório, portanto, permite uma utilização mais racional e estratégica dos recursos públicos, evitando redundâncias e desperdícios. Essa estratégia tende a promover maior agilidade na execução das atividades administrativas, alinhando-se às melhores práticas de governança pública e aumentando as possibilidades de negociações financeiras mais vantajosas para a DPERJ. No entanto, será permitida a subcontratação no que tange às etapas da coleta do material biológico e o respectivo transporte até a CONTRATADA. A coleta de material biológico é uma atividade operacional que, embora demande capacitação técnica, não apresenta o mesmo nível de complexidade e especialização exigido para a análise genética. Assim, permitir a subcontratação dessa etapa, bem como o transporte do material genético até a CONTRATADA, possibilita maior flexibilidade operacional, otimizando o atendimento e possivelmente reduzindo os custos da contratação, com a ampliação da concorrência.

Por outro lado, a análise genética requer rigor científico e técnico, além de alta confiabilidade, devendo, portanto, ser executada exclusivamente pela CONTRATADA. Essa centralização garante a padronização dos procedimentos, a integridade das análises e o cumprimento das normas de qualidade, assegurando a validade jurídica e a confiabilidade dos resultados emitidos.

Dessa forma, o não parcelamento do objeto revela-se a **alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, funcional e econômico**, assegurando maior eficiência administrativa, maior segurança dos resultados e menor risco de comprometimento da qualidade dos serviços prestados, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

10. CONSULTA OU AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em análise à contratação, em especial ao objeto que se pretende contratar/adquirir, não se vislumbra a necessidade de realização de consulta ou audiência pública, visto que este é costumeiramente contratado pela Administração Pública como um todo, inexistindo dificuldades técnicas que ensejem a necessidade dessas modalidades.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Observa-se a contratação do mesmo objeto ora demandado no Processo administrativo E20/001.002957/2020. A contratação foi sucedida de 5 aditivos, o último vencendo em junho de 2026.

Nesse contexto, a contratação ora requerida visa à continuidade do serviço público, sendo essencial à adequada e segura transição contratual, de modo a evitar risco de descontinuidade na prestação do serviço, essencial para a atividade fim da Defensoria Pública.

12. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A área demandante informa que a contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício correspondente.

A demanda está registrada no Plano Anual de Contratações elaborado por esta Secretaria e formalizado no processo administrativo n.º **E-20/001.004545/2025**, conforme consignado na **Planilha 1824184**, atendendo às diretrizes de planejamento institucional e às disposições da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução DP/RJ nº 1.245/2024.

Dessa forma, resta demonstrada a compatibilidade da contratação com o planejamento previamente aprovado pela Instituição, constituindo requisito indispensável à formalização da presente demanda.

13. ENQUADRAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

O procedimento a ser adotado foi estabelecido a partir da análise das características do objeto, que consiste na prestação de serviços comuns, de natureza continuada, com demanda recorrente e quantitativos variáveis, passíveis de padronização quanto às especificações técnicas e aos resultados esperados.

Dessa forma, a contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII c/c art. 28, inciso I, ambos da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar da solução mais adequada para garantir flexibilidade operacional, economicidade, ganho de escala e atendimento eficiente às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, conforme apontado ao longo deste estudo técnico.

O **critério de julgamento** adotado será o de **menor preço**, nos termos do art. 33 da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que o ETP demonstrou ser possível a definição objetiva dos requisitos técnicos do objeto, permitindo a comparação isonômica das propostas, sem prejuízo da qualidade técnica exigida.

A modalidade e o critério de julgamento definidos no presente ETP observam os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por objetivo **assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da prestação dos serviços de exames de análise genética por DNA**, destinados à instrução de procedimentos extrajudiciais e de processos judiciais patrocinados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nas demandas relacionadas à investigação de paternidade, maternidade, vínculos de parentesco e identificação humana.

Nesse sentido, pretende-se **dar continuidade ao atendimento de demanda crescente** dos assistidos da DPERJ com relação ao estabelecimento de vínculos genéticos, reduzindo a judicialização de conflitos familiares e garantindo o acesso dos assistidos aos direitos de filiação e de identidade mesmo em casos de maior complexidade técnica, com impacto direto na sua dignidade.

Para estas finalidades, a execução do contrato será acompanhada por instrumento de medição de resultados, com indicadores mínimos de desempenho, dentre os quais: (i) garantia da integridade e observância da cadeia de custódia, desde a coleta do material biológico, passando pelo transporte, guarda do material, até a emissão do laudo; (ii) cumprimento dos horários na coleta do material biológico; (iii) cumprimento de prazo para entrega de laudos, nos seguintes termos: 20 (vinte) dias corridos entre coleta e entrega do laudo para exames de DUO ou TRIO; 30 (trinta) dias para reconstituição de genótipo; 90 (noventa) dias para amostras *post-mortem*; ressalvados os casos de urgência, devidamente justificados, assegurando a continuidade e a eficiência do atendimento prestado pelo Núcleo de DNA da DPE/RJ; (iv) mitigação de amostragens inconclusivas ou insuficientes, sem exclusão de outras possíveis falhas ou defeitos na prestação do serviço.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM PREVIAMENTE ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, o POMAR definirá o fluxo de requisição sob demanda, rotinas de sigilo, interface entre Núcleo e laboratório (encaminhamento das demandas, recebimento de laudos, guarda de documentação), designação de gestores e fiscias, padronização de formulários de requisição, definição de pontos focais, orientações de segurança da informação.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS E CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Diante da natureza do objeto, deve o contratado observar e atuar em conformidade com as normas sanitárias e de biossegurança vigentes com relação a coleta, transporte de amostras, descarte adequado e gestão de resíduos, entre outros, os quais serão aferidos por meio dos alvarás e licenças concedidos pelas autoridades sanitárias competentes.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises técnicas, administrativas e econômicas realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta mostra-se adequada, viável e suficiente para atender à demanda institucional da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, estando em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como com os princípios da eficiência, economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, declara-se ser tecnicamente viável e juridicamente adequada a contratação pretendida, nos moldes delineados neste Estudo Técnico Preliminar, recomendando-se o prosseguimento do feito para a fase de elaboração e aprovação do respectivo Termo de Referência e deflagração do procedimento licitatório.

Aprovo a contratação pretendida, nos termos e condições delineados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, autorizando o regular prosseguimento do processo administrativo para a formalização da contratação.

ANA ROSENBLATT
COORDENADORA DO POLO DE MEDIAÇÃO E AÇÕES RESTAURATIVAS

ANEXO XII
ANÁLISE DE RISCOS

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.012843/2025

1 – RISCOS DA FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Risco 01:		Fracasso do certame em razão de preço de referência subestimado
Probabilidade:		Baixa
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a seleção reste infrutífera, devido ao baixo preço de referência, poderá provocar licitação deserta ou fracassada.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realização de pesquisa a fornecedores e utilização de preço mediano, desprezando-se a influência de valores extremamente altos ou baixos.	NUPEMC
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão dos preços e republicação do Aviso.	NUPEMC/NULIC

Risco 02:		Elaboração insuficiente do Termo de Referência
Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a especificação esteja incompleta ou inadequada, pode comprometer a correta compreensão do objeto pelos fornecedores, gerando propostas incompatíveis com as necessidades da Administração.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração detalhada do Termo de Referência com o apoio de equipe técnica especializada, garantindo clareza, precisão e alinhamento às reais necessidades do órgão.	POMAR
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão imediata do Termo de Referência e republicação do edital, se necessário.	POMAR/NUPE/NULIC

Risco 03:		Inadequação do objeto frente à necessidade da Administração
Probabilidade:		Baixa
Id	Dano	Impacto
1.	Caso o objeto definido esteja desalinhado com a necessidade administrativa, poderá haver desperdício de recursos públicos ou não atendimento do interesse público.	Alto

Ação Preventiva		Responsável
1.	Realização de Estudo Técnico Preliminar com análise detalhada da demanda, viabilidade e alternativas de solução.	POMAR
Ação de Contingência		Responsável
1.	Revisão do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência com reavaliação das alternativas de solução, promovendo nova análise técnica da necessidade e eventual replanejamento da contratação.	POMAR/NUPE

Risco 04:		Ausência de parcelamento do objeto quando técnica e economicamente viável
Probabilidade:		Baixa
Dano		Impacto
1.	Pode gerar restrição à competitividade e dificultar a participação de fornecedores de menor porte, em desacordo com os princípios da economicidade e isonomia.	Médio
Ação Preventiva		Responsável
1.	Análise prévia da possibilidade de parcelamento, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior competitividade e economicidade.	POMAR
Ação de Contingência		Responsável
1.	Revisão do Termo de Referência e republicação com novo fracionamento, quando cabível.	POMAR/NULIC

2 – RISCOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
Risco 05:		Impugnações ao edital devido a inconsistências técnicas
Probabilidade:		Média
Dano		Impacto
1.	Eventuais falhas no edital ou no Termo de Referência podem ensejar impugnações, atrasando a continuidade do certame e comprometendo o cronograma da contratação.	Médio
Ação Preventiva		Responsável
1.	Revisão detalhada dos documentos editalícios e do Termo de Referência, visando garantir conformidade legal e técnica.	NUPE/NULIC
Ação de contingência		Responsável
1.	Adoção das correções apontadas nas impugnações e reabertura de prazos, quando necessário.	POMAR/NULIC

Risco 06:		Exigências documentais excessivas que restrinjam a competitividade
Probabilidade:		Média
Dano		Impacto
1.	Exigência excessiva de declarações pode limitar a competitividade, afastar fornecedores e resultar em licitação deserta ou fracassada.	Médio
Ação Preventiva		Responsável
1.	Adoção de modelo padronizado de exigências, com revisão jurídica e alinhamento ao princípio da razoabilidade.	NULIC/ASSJUR
Ação de Contingência		Responsável
1.	Retificação do edital com eliminação ou simplificação de exigências excessivas, seguido de nova publicação.	NULIC

3 – RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO: GESTÃO DO CONTRATO		
Risco 07:		Atrasos ou não comparecimento à coleta de material

Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.	Atrasos podem comprometer o atendimento à demanda judicial de forma satisfatória.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definição de prazos realistas nos documentos técnicos e contrato e acompanhamento sistemático do cronograma de execução.	POMAR
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de sanções contratuais e replanejamento das atividades impactadas.	Equipe de Fiscalização/Autoridade Competente
A		

Risco 08:		Atrasos na entrega do laudo
Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.	Atrasos podem comprometer o atendimento à demanda judicial de forma satisfatória.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definição de prazos realistas nos documentos técnicos e contrato e acompanhamento sistemático do cronograma de execução.	POMAR
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de sanções contratuais e replanejamento das atividades impactadas.	POMAR/Equipe de Fiscalização/Autoridade Competente

Risco 9:		Inconsistências no laudo
Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.	Inconsistências podem comprometer a validade do laudo.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão contratual de especificação do teor do laudo de acordo com as normas da ANVISA	POMAR
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação de sanções contratuais e entrega de novo laudo	POMAR/Equipe de Fiscalização/Autoridade Competente

Risco 10:		Perda ou avaria de amostras
Probabilidade:		Média
Id	Dano	Impacto
1.	Perda/avariação de amostras podem comprometer o atendimento à necessidade administrativa e impactar negativamente o atendimento à demanda.	Alto
2.	Violação da confidencialidade.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão contratual de apresentação das licenças das autoridades competentes e de certificados controle de qualidade; acompanhamento por sistema eletrônico acerca da situação atualizada das amostras	POMAR

2.	Adequação à LGPD.	POMAR
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realização de nova coleta sem custo para a CONTRATANTE e aplicação de sanções contratuais.	POMAR/Equipe de Fiscalização/Autoridade Competente

Risco 11:		Violação de protocolos de segurança na cadeia de custódia	
Probabilidade:		Média	
Id	Dano	Impacto	
1.	A violação a protocolos de segurança pode levar à inutilidade das amostras.	Alto	
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Previsão contratual de apresentação de licenças, protocolos e certificados de controle de qualidade, acompanhamento por sistema eletrônico acerca da situação atualizada das amostras.	POMAR	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Realização de nova coleta sem custo para a CONTRATANTE e aplicação de sanções contratuais.	POMAR/Equipe de fiscalização/Autoridade Competente	

Risco 12:		Descarte inadequado	
Probabilidade:		Média	
Id	Dano	Impacto	
1.	Pode resultar em riscos ambientais e à saúde.	Alto	
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Exigência de licenças sanitárias.	POMAR/NULIC	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Aplicação de sanções contratuais.	POMAR/Equipe de Fiscalização/Autoridade Competente	

ANA ROSENBLATT
COORDENADORA DO POLO DE MEDIAÇÃO E AÇÕES RESTAURATIVAS



NÚCLEO DE LICITAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.012843/2025

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais de vínculo genético (DNA), nas modalidades “*in vivo*” e “*post-mortem*”, contemplando todas as etapas do processo, desde a coleta de amostras biológicas até emissão e entrega dos laudos técnicos (CATSER 20540).

1.1. Detalhamento do Objeto:

1.1.1. As quantidades previstas neste Termo de Referência são meramente estimativas, definidas em função de consumo anterior e provável utilização futura;

1.1.2. A contratação obedecerá às necessidades e demandas concretas da DPERJ, e a execução do serviço acontecerá sob demanda, sendo devidos à CONTRATADA apenas os pagamentos referentes aos serviços e/ou materiais efetivamente prestados e/ou fornecidos.

1.1.3. A contratação contemplará a coleta, acondicionamento, armazenamento do material biológico, transporte, guarda, análise do vínculo genético, emissão e entrega do laudo.

1.1.4. Em caso de exclusão do vínculo de parentesco, o resultado do exame deverá ser confirmado por meio de contraprova, com nova coleta de material, realizada uma única vez, caso seja solicitada pelo(a) investigador ou investigado(a), mediante requerimento escrito e fundamentado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

1.1.5. O material biológico para exame *inter vivos* deverá ser obtido através da coleta de sangue ou de células da mucosa bucal.

1.1.6. Para análise de vínculo genético, a CONTRATADA deverá utilizar técnicas para identificação de marcadores genéticos, com análise de microssatélites (*Short Tandem*

Repeats - STR), bem como, quando aplicável, a análise de cromossomo Y e DNA mitocondrial utilizando as metodologias de Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) e análise de fragmentos.

1.1.7. Descrição básica dos itens a serem contratados:

ITEM (LOTE ÚNICO)	CATSER	SERVIÇO DE EXAME LABORATORIAL	QUANT. ESTIMADA
01	20540	Exame de Trio – Investigação de vínculo genético – Exame de DNA – análise com o(a) investigante e a mãe biológica e o suposto pai.	1000
02	20540	Exame de Duo – Investigação de vínculo genético – Exame de DNA – análise com o(a) investigante e o suposto pai ou suposta mãe	140
03	20540	Exames de irmandade plena - Investigação de vínculo genético com duas ou mais pessoas para verificar se compartilham o mesmo pai e mãe - Exame de DNA	20
04	20540	Exame de reconstituição de genótipo de suposto/a pai/mãe - Exame de DNA realizado com até 04 (quatro) pessoas envolvidas, utilizando como parâmetro genético parente(s) direto(s) do(a) investigado(a) falecido(a) ou ausente.	200
05	20540	Exame de reconstituição de genótipo de suposto/a pai/mãe - Exame de DNA realizado com 05 (cinco) pessoas envolvidas ou mais, utilizando como parâmetro genético parente(s) direto(s) do(a) investigado(a) falecido(a) ou ausente.	5
06	20540	Exames post-mortem com amostras ósseas de exumação ou coleta em	5

		morgue	
07	20540	Periciando adicional	25
08	20540	Análise de fragmentos de unha	5
09	20540	Análise de fios de cabelo	5

TOTAL ESTIMADO DE APROXIMADAMENTE 1405 EXAMES

Os quantitativos previstos possuem caráter meramente estimativo, tendo sido definidos com base no histórico de atendimentos realizados nos últimos 5 anos, e incluindo ainda a previsão de realização de mutirões, podendo sofrer variações ao longo da vigência contratual, sem gerar obrigação de contratação mínima por parte da CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Além disso, faz-se necessário o fornecimento de **kits de coleta** para situações em que um dos periciando encontra-se em outro estado da federação. **Estimamos a utilização de cerca de 5 kits anualmente.**

1.1.8. As coletas de material ocorrerão nos seguintes locais:

1.1.8.1. Na sede do Núcleo de DNA, no Centro do Rio de Janeiro;

1.1.8.2. Em qualquer município do Estado do Rio de Janeiro, de forma regular e também em formato de mutirão. Os mutirões ocorrem com periodicidade mensal;

1.1.8.3. Em unidades prisionais, instituições de internação, abrigos, hospitais, domicílios e outros locais indicados pela CONTRATANTE dentro do Estado do Rio de Janeiro.

1.1.9. As coletas sempre serão acompanhadas por representante do Núcleo de DNA da DPRJ.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa a atender as demandas institucionais da DPRJ no que tange à promoção do acesso à justiça e garantia de direitos fundamentais, dentre os quais se destacam o direito à identidade, à filiação e à dignidade da pessoa humana, especialmente nas demandas processuais e extraprocessuais de reconhecimento de paternidade, maternidade, vínculos de parentesco e identificação humana.

2.2. A contratação encontra fundamento técnico na inexistência de estrutura laboratorial própria da instituição para a realização das análises genéticas. Os exames de DNA consistem em serviços técnicos especializados, de elevada complexidade científica, que demandam infraestrutura laboratorial apropriada, equipamentos específicos, insumos adequados, rigoroso controle da cadeia de custódia, bem como profissionais qualificados e habilitados para a realização das análises genéticas, assegurando a confiabilidade, a rastreabilidade e a validade jurídica dos resultados. A DPRJ não dispõe de estrutura própria suficiente para a execução integral desses serviços, o que impõe a necessidade de contratação de empresa especializada, como vem sendo feito há cerca de 30 anos.

2.3. O fundamento técnico da contratação decorre da necessidade de garantir a produção de prova pericial com alto grau de precisão e segurança, em conformidade com normas técnicas, protocolos científicos e boas práticas laboratoriais aplicáveis à análise genética humana.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de exames laboratoriais de DNA para investigação de vínculo genético humano, destinados ao atendimento das demandas judiciais e extrajudiciais da DPERJ, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente os padrões técnicos, científicos, éticos e legais aplicáveis, bem como as boas práticas laboratoriais, conforme as especificações técnicas e os quantitativos estimados descritos neste Termo de Referência.

3.2. Metodologia

Para análise de vínculo genético, a CONTRATADA deverá utilizar técnicas para identificação de marcadores genéticos, com análise de microssatélites (Short Tandem Repeats - STR), bem como, quando aplicável, a análise de cromossomo Y e DNA mitocondrial utilizando as metodologias de Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) e análise de fragmentos. A execução dos exames deverá observar rigorosamente os protocolos laboratoriais, os controles de qualidade, as normas técnicas vigentes, as boas práticas laboratoriais e metodologias validadas cientificamente.

3.3. Rastreabilidade

Deverá ser garantida a rastreabilidade integral das amostras biológicas, mediante a manutenção de registros físicos e/ou eletrônicos que permitam a verificação de todas as etapas do processo, abrangendo, no mínimo: coleta, transporte, recebimento, análise, resultado, entrega do laudo, observando-se, em todas as fases, a integridade das amostras e a cadeia de custódia.

3.4. Do material coletado

O material biológico a ser coletado em exame *in vivo* consistirá, preferencialmente, em amostra de sangue em papel FTA e/ou swab de mucosa oral, salvo indicação técnica em contrário, devidamente fundamentada.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A prestação do serviço ocorrerá sob demanda, mediante solicitação da CONTRATANTE via e-mail;

4.2. A contratação compreende todas as etapas necessárias à execução do serviço, incluindo coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, recebimento, processamento, das amostras biológicas, elaboração, emissão e entrega de laudos técnicos com validade jurídico-forense e assessoramento técnico-científico;

4.3. Para a realização das coletas de material biológico *in vivo*, a CONTRATANTE disponibilizará local adequado, reservado e seguro, garantindo as condições necessárias para a CONTRATADA realizar a correta identificação das partes, a preservação do sigilo, a integridade das amostras e o cumprimento dos protocolos técnicos, sanitários e de biossegurança exigidos para a realização de exames de DNA;

- 4.4. As coletas acontecerão em data e horário previamente agendados pela CONTRATANTE, inclusive, caso se faça necessário, em finais de semana e feriados.
- 4.5. As datas de coleta serão encaminhadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE mensalmente, até o dia 25 do mês anterior. Não obstante, poderão ser também solicitadas coletas de URGÊNCIA em casos específicos, que serão realizadas independente da pauta encaminhada.
- 4.6. A CONTRATANTE realizará o contato e agendamento das pessoas que fornecerão amostras para coleta;
- 4.7. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, kits, insumos, equipamentos de segurança e recursos humanos necessários à identificação, coleta, preparo e transporte adequado das amostras biológicas coletadas;
- 4.8. A CONTRATADA disponibilizará infraestrutura técnico-laboratorial, devidamente equipada e plenamente apta à realização das análises genéticas;
- 4.9. A CONTRATADA se responsabilizará pelo sigilo e confidencialidade das informações no que tange às suas atividades, inclusive após a entrega do laudo;
- 4.10. A CONTRATADA indicará, no mínimo, dois profissionais e um suplente, todos devidamente qualificados, habilitados e treinados, uniformizados e identificados pela CONTRATADA através de crachás, para realizar as coletas;
- 4.10.1. No caso de coleta de material post mortem, a CONTRATADA deverá enviar perito devidamente habilitado para o exercício da função, sendo o procedimento acompanhado pela autoridade competente, quando exigido;
- 4.11. A CONTRATADA se responsabilizará pela garantia da cadeia de custódia das amostras, desde a coleta, passando pelo acondicionamento, armazenamento, transporte, recebimento, processamento, análise e resultado, com a entrega do laudo;
- 4.12. A CONTRATADA emitirá laudos técnicos completos, claros e fundamentados, contendo identificação das partes por foto, metodologia empregada, resultados obtidos, índices estatísticos e conclusão, além da adequação à RDC786/23 da Anvisa;
- 4.13. A CONTRATADA disponibilizará assessoramento técnico e científico, incluindo parecer explicativo à CONTRATANTE, sempre que solicitado.
- 4.14. A CONTRATADA deverá fornecer kit-coleta para a realização de exames em outras unidades da federação;
- 4.15. A CONTRATADA disponibilizará os laudos à CONTRATANTE por meio digital, devendo estes ser encaminhados por e-mail;
- 4.16. Os laudos deverão ser entregues nos seguintes prazos:
- 4.16.1. DUO/TRIO - até 20 dias corridos a partir da coleta, inclusive com periciandos adicionais;
- 4.16.2. Reconstituição de genótipo (suposto pai/mãe falecido ou ausente) - até 30 dias corridos a partir da coleta;

4.16.3. Exumação/amostras post-mortem (que poderão encontrar-se em estado de carbonização, putrefação, fragmentação, contaminação ambiental ou elevado grau de degradação) - até 90 dias corridos a partir da coleta;

4.16.4. Em casos de URGÊNCIA devidamente justificada os prazos podem ser reduzidos de acordo com a necessidade do caso concreto e a viabilidade técnica.

4.17. Para fins de organização e fiscalização, as entregas dos laudos serão realizadas em lotes, conforme as datas das coletas, acompanhadas de planilha especificando o conteúdo do lote, em fluxo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, respeitando-se os prazos previstos no presente instrumento.

4.18. A execução deverá observar, obrigatoriamente, as normas técnicas aplicáveis, a manutenção da cadeia de custódia das amostras, o sigilo das informações, bem como a legislação vigente, em especial a Lei n.º 14.133/2021 e a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

4.19. A execução contratual será acompanhada por Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), com indicadores mínimos de desempenho, de acordo com o Apêndice A.

4.19.1. O não cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados implicará na abertura de procedimentos para apuração de sanção por descumprimento contratual.

4.20. Garantia Contratual:

Para assegurar a fiel e integral execução das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá prestar garantia contratual nos termos do art. 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou outro instrumento admitido em lei, observado o percentual exigido neste Termo de Referência.

4.20.1. O valor da garantia contratual será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total inicial do contrato, podendo ser reajustado nos casos de acréscimos decorrentes de aditivos, conforme previsto na legislação vigente.

4.20.2. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da publicação do contrato no Diário Oficial da DPRJ, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis previstas neste Termo de Referência.

4.20.3. A garantia deverá permanecer em vigor durante toda a vigência do contrato e pelo prazo adicional de 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, a fim de assegurar a cobertura de eventuais responsabilidades decorrentes da execução contratual e de obrigações pendentes.

4.20.4. A substituição ou reposição da garantia inicialmente prestada somente será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE, desde que mantidas as condições de cobertura e os montantes exigidos, e desde que não haja, naquela data, descumprimento de quaisquer obrigações contratuais pela CONTRATADA, observadas as normas legais aplicáveis.

4.20.5. A garantia será liberada após a comprovação do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, devidamente atestadas pela fiscalização, nos termos do contrato, deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.20.6. Em caso de descumprimento contratual, a CONTRATANTE poderá executar a garantia prestada, nos termos do art. 98 da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Termo de Referência e no contrato.

5. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

5.1 Duração do contrato e possibilidade de prorrogação:

5.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021, mediante justificativa de interesse público e conveniência administrativa.

5.1.2. Caso haja prorrogação, o prazo adicional será formalizado por termo aditivo, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais, observando-se os limites legais de duração máxima para contratos administrativos.

5.2 Reajuste de Preços:

5.2.1. Os valores inicialmente contratados serão fixos e irrealizáveis pelo prazo de 12 meses.

5.2.2. Eventual reajustamento em caso de prorrogação do contrato será realizado com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.3 Impactos ambientais e critérios de sustentabilidade:

Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental. Tais diretrizes se pautam na adoção de protocolos rigorosos de biossegurança, conformes normas da ANVISA e CONAMA; bem como na gestão segura de resíduos, desde a coleta, passando por toda a cadeia de custódia, até a destinação final e descarte, conforme normas da ANVISA e CONAMA.

5.4. Subcontratação:

5.4.1. Fica vedada a subcontratação da parcela de maior relevância técnica da contratação, qual seja, a execução direta das análises laboratoriais de DNA, emissão e entrega dos respectivos laudos.

5.4.2. Será admitida a subcontratação tão somente no que pertine à etapa de coleta do material genético e do transporte do material biológico até a CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a preservação da integridade das amostras e da cadeia de custódia.

5.4.3. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados.

5.4.4. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPRJ, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na

habilitação da contratada.

5.5. Consórcios e Cooperativas:

A participação de consórcios ou cooperativas não é admitida para a execução desta contratação, em razão da natureza técnica especializada dos serviços a serem prestados, que exigem responsabilidade individual e direta da CONTRATADA.

Ademais, diante da natureza personalíssima e de alta complexidade de que se reveste o objeto da contratação, são ainda pontos que corroboram para a não celebração de consórcios e cooperativas:

- a) Garantia da observância da cadeia de custódia - investigação de vínculo genético exige um controle rigoroso e ininterrupto da cadeia de custódia, desde a coleta do material biológico até a emissão do laudo pericial. A atuação de empresas distintas em regime de consórcio poderia gerar uma fragmentação de responsabilidades operacionais, aumentando o risco de falhas no manuseio das amostras e dificultando a identificação imediata do responsável em caso de extravio, contaminação ou erro técnico. A centralização em uma única pessoa jurídica assegura a responsabilidade individual e direta necessária para a segurança jurídica das provas produzidas, especialmente em processos judiciais sensíveis.
- b) Padronização metodológica e segurança biológica - a análise de DNA baseia-se em metodologias laboratoriais que exigem validação interna e protocolos de controle de qualidade específicos de cada laboratório. A reunião de empresas em consórcio poderia acarretar a utilização de padrões técnicos divergentes ou a transferência de amostras entre diferentes estruturas físicas, o que comprometeria a uniformidade dos resultados e a reprodutibilidade da prova técnica.
- c) Incompatibilidade com a natureza das cooperativas - a vedação às cooperativas justifica-se pelo fato de o objeto licitado não se tratar de mera prestação de serviços de mão de obra operacional, mas de um serviço pericial-laboratorial que exige infraestrutura tecnológica própria, licenciamento sanitário específico e certificações de proficiência institucionais. A natureza do serviço é incompatível com o modelo de intermediação de trabalho cooperado, uma vez que a execução depende da capacidade técnica e operacional de um laboratório clínico devidamente constituído e não apenas da atividade isolada de profissionais autônomos.
- d) Proteção de dados sensíveis - diante da sensibilidade do objeto e a finalidade a que se destina, por tratar-se do compartilhamento de dados genéticos e biometrias de assistidos, inclusive de crianças e adolescentes (dados sensíveis), a dispersão do controle dessas informações entre múltiplos participantes de um consórcio ou membros de uma cooperativa elevaria injustificadamente o risco de incidentes de segurança, sendo indispensável a concentração do tratamento dos dados em uma única estrutura organizacional para garantir a efetiva governança e proteção à privacidade dos usuários da Defensoria Pública.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Fornecer à CONTRATADA todos os documentos, informações, elementos e condições necessárias à adequada execução do contrato.

6.2. Exercer a fiscalização, o acompanhamento e a gestão do contrato.

6.3. Receber o objeto contratado, de acordo com as condições, prazos e critérios estabelecidos neste TR.

6.4. Avaliar os relatórios de execução e entrega do objeto, observando os prazos, especificações técnicas, padrões de qualidade e conformidade definidos neste TR.

- 6.5. Notificar a CONTRATADA quanto a quaisquer defeitos, irregularidades ou não conformidades verificadas no objeto da contratação, estabelecendo prazo para regularização.
- 6.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no contrato, após verificação da conformidade do objeto e da regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 6.7. Proceder às advertências, multas e demais sanções previstas em lei, regulamento ou contrato, em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 6.8. Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA antes de qualquer pagamento, nos termos da legislação vigente.
- 6.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021 e no contrato.
- 6.10. Recusar, com devida justificativa, qualquer objeto ou serviço entregue fora das especificações técnicas aprovadas.
- 6.11. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos em contrato, observando as normas administrativas e financeiras aplicáveis.
- 6.12. Comunicar formalmente à CONTRATADA todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, mantendo registros documentais para fins de auditoria e controle.
- 6.13. Garantir o acompanhamento contínuo da execução do contrato, com verificações periódicas de qualidade, conformidade técnica e cumprimento de prazos.
- 6.14. Zelar pela proteção de dados e sigilo de informações, especialmente dados sensíveis e biológicos, observando a LGPD (Lei n.º 13.709/2018).
- 6.15. Acompanhar e fiscalizar as coletas de material biológico;
- 6.16. Cadastrar e agendar os periciandos para a coleta, e informar à CONTRATADA via e-mail acerca das datas agendadas, nos prazos previstos neste instrumento;
- 6.17. Disponibilizar local adequado, reservado e seguro, para a realização das coletas de material biológico in vivo, garantindo as condições necessárias para CONTRATADA realizar a correta identificação das partes, a preservação do sigilo, a integridade das amostras e o cumprimento dos protocolos técnicos, sanitários e de biossegurança exigidos para a realização de exames de DNA;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços objeto da contratação, rigorosamente, em conformidade com as especificações técnicas, normas técnicas aplicáveis e protocolos estabelecidos neste TR.

- 7.2. Indicar representante para contato e solução de problemas que possam surgir durante a execução dos serviços, disponibilizando à Defensoria Pública, no mínimo, 02 números de telefone (fixo e celular) para contato imediato.
- 7.3. Manter atualizada, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, garantindo capacidade técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira para execução do objeto, disponibilizando tais documentos à fiscalização da CONTRATANTE sempre que solicitados.
- 7.4. Manter todos os documentos, registros e relatórios de execução atualizados e disponibilizá-los à fiscalização da CONTRATANTE sempre que solicitados.
- 7.5. Indicar responsável técnico que seja profissional legalmente habilitado e inscrito no respectivo Conselho e que assume a responsabilidade técnica do serviço, conforme RDC786/2003 da ANVISA.
- 7.6. Indicar, no mínimo, dois profissionais e um suplente, todos devidamente qualificados, habilitados e treinados, uniformizados e identificados pela CONTRATADA através de crachás, para realizar as coletas.
- 7.6.1. Indicar, quando pertinente, profissional habilitado a realizar coleta de material post mortem;
- 7.7. Fazer constar dos registros da coleta, a identificação do laboratório e responsável pela coleta com nome completo, documento profissional e identidade;
- 7.8. Enviar profissionais para coleta nas datas e horários e locais agendados pela CONTRATANTE.
- 7.9. Fornecer todos os materiais, kits, insumos, equipamentos de segurança e recursos humanos necessários à identificação, coleta, preparo e transporte adequado das amostras biológicas coletadas;
- 7.10. Comunicar à CONTRATANTE imediatamente e por meios oficiais quaisquer ocorrências, incidentes, irregularidades ou problemas que possam afetar a execução do objeto, incluindo atrasos, falhas técnicas ou riscos à segurança, incidentes na cadeia de custódia e incidentes que envolvam quebra de confidencialidade;
- 7.11. Corrigir, às suas expensas, quaisquer serviços realizados em desacordo com as especificações, dentro do prazo estabelecido por este TR, ou, na sua falta, pela fiscalização, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 7.12. Observar integralmente a legislação vigente, inclusive normas de saúde, segurança do trabalho, meio ambiente, direitos trabalhistas e fiscais, durante toda a execução do contrato.
- 7.13. Manter a confidencialidade de informações e dados fornecidos pela CONTRATANTE, inclusive dados sensíveis e biológicos, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), durante e após a execução do objeto.
- 7.13.1. Rastreabilidade e cadeia de custódia: manutenção de registros rigorosos que permitam auditar todas as etapas, desde a coleta até o resultado final.
- 7.13.2. Vedação de finalidades diversas: proibição expressa de utilização das amostras ou dados genéticos para qualquer fim que não seja o estrito cumprimento do objeto deste contrato.

- 7.13.3. Eliminação segura e certificada: definição de procedimentos técnicos para o descarte de materiais biológicos e exclusão de registros digitais ao término do contrato, mediante emissão de certificado de eliminação.
- 7.13.4. Medidas de segurança reforçadas: implementação de barreiras técnicas e administrativas contra acessos não autorizados ou incidentes de segurança.
- 7.13.5. Proteção de menores: disciplina específica e reforçada para o tratamento de dados de crianças e adolescentes, observando o seu melhor interesse.
- 7.14. Cumprir rigorosamente os prazos, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos neste TR, atendendo prontamente às solicitações de fiscalização e controle por parte da CONTRATANTE.
- 7.15. Garantir a rastreabilidade integral das amostras biológicas, mediante a manutenção de registros físicos e/ou eletrônicos que permitam a verificação de todas as etapas do processo, abrangendo, no mínimo: coleta, transporte, recebimento, análise e emissão do laudo pericial, observando-se, em todas as fases, a integridade das amostras e a cadeia de custódia, e disponibilizando à fiscalização sempre que solicitado.
- 7.16. Em caso de exclusão do vínculo de parentesco, proceder à contraprova, com nova coleta de material, realizada uma única vez, caso seja solicitada pelo(a) investigador ou investigado(a), mediante requerimento escrito e fundamentado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 7.17. Em caso de laudo inconclusivo, informar no próprio laudo o motivo da não conclusão e as medidas a serem tomadas para que possa obter laudo conclusivo ;
- 7.18. Garantir a integridade da cadeia de custódia das amostras, desde a coleta, passando pelo acondicionamento, armazenamento, transporte, recebimento, análise e resultado, com a entrega do laudo;
- 7.18.1. Em caso de perda ou avaria das amostras, realizar nova coleta sem custos para a CONTRATANTE e sem prejuízo das sanções contratuais.
- 7.19. Cumprir as normas referentes a segurança de coleta, transporte, e manutenção da cadeia de custódia estabelecida nos RDCs 302/05 e 20/14 da ANVISA, apresentando protocolos operacionais para coleta e transporte, bem como medidas de segurança no manejo do material biológico;
- 7.20. Emitir laudos técnicos completos, claros e fundamentados, contendo identificação das partes por foto, metodologia empregada, resultados obtidos, índices estatísticos e conclusão, na forma prevista pela RDC – Anvisa nº 786/2023.
- 7.21. Disponibilizar assessoramento técnico e científico, incluindo parecer explicativo à CONTRATANTE, sempre que solicitado.
- 7.22. Fornecer kit-coleta para a realização de exames em outras unidades da federação quando solicitado;
- 7.23. Disponibilizar os laudos à CONTRATANTE por meio digital, devendo estes ser encaminhados por e-mail, com entregas por lotes, conforme as datas das coletas, acompanhadas de planilha especificando o conteúdo do lote, em fluxo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, respeitando-se os seguintes prazos: até 20 dias corridos a partir da coleta para DUO/TRIO, inclusive com periciandos adicionais, salvo em caso de mutirão, com prazo de 10 dias corridos; até 30 dias corridos para reconstituição de

genótipo de suposto pai e suposta mãe falecidos/ausentes; e de até 90 dias para exames que envolvam amostras post-mortem; redução de prazo, conforme a viabilidade técnica, para casos de URGÊNCIA.

7.24. Caso haja alteração na regulamentação aplicável à atividade contratada, a CONTRATADA deverá adaptar-se às novas exigências sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

7.25. Manter em dia toda a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e de segurança social, apresentando comprovação sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

7.26. Garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, comunicando à CONTRATANTE quaisquer situações que possam afetar diretamente a execução ou o cumprimento das obrigações.

7.27. Disponibilizar equipe técnica e responsável legalmente habilitada para prestar esclarecimentos, acompanhar auditorias e responder a solicitações da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato.

7.28. Cumprir todas as demais obrigações previstas neste TR, no contrato e na legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021, assegurando a execução do objeto com qualidade, segurança e observância aos princípios da Administração Pública.

8. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

8.1. Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse o atraso na coleta do material biológico, atraso na entrega dos resultados dos exames, bem como demais falhas de qualidade.

8.2. O resultado dos serviços prestados será acompanhado de acordo com o Apêndice A, que trata do Instrumento de Medição de Resultado e sanções aplicáveis.

8.3. O não cumprimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados implicará na abertura de procedimentos para apuração de sanção por descumprimento contratual de acordo com o estabelecido no Apêndice A.

9. QUALIFICAÇÕES

Para fins de comprovação de sua qualificação técnica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), conforme previsão no RDC – Anvisa nº 786/2023;

9.2. Alvará sanitário atualizado, expedido pelo órgão sanitário competente, conforme RDC – Anvisa nº 786/2023;

9.3. 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com a prestação de "serviços de exames laboratoriais para investigação de paternidade e vínculo genético – exames de DNA 'in vivo' e 'post mortem', em quantitativo não inferior a 40% do previsto no item 1.1.7 deste TR;

- 9.4. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, desde que seu somatório reste demonstrado o fornecimento de ao menos 40% do objeto do Termo de Referência, da forma acima descrita;
- 9.5. Comprovação de que a licitante possui como Responsável Técnico profissional legalmente habilitado por entidade competente e com registro em Conselho Profissional para exercer a responsabilidade técnica de laboratório clínico humano bem como para realizar investigação de paternidade e vínculo genético, nos termos da RDC 786 da ANVISA;
- 9.6. Comprovação de participação e aprovação atualizada em pelo menos um Programa de Avaliação Externa da Qualidade, conforme exigência da RDC – Anvisa nº 786/2023;
- 9.7. Atestado atualizado de manutenção preventiva dos equipamentos relacionados aos exames contratados.

10. PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado em parcela única, mensal, após a entrega, conferência e atestação dos laudos, considerando o número de laudos entregues em cada mês, conforme demanda da contratante.
- 10.2. As notas fiscais deverão ser enviadas após o fechamento do mês, por e-mail, para conferência pelo Núcleo de DNA.
- 10.2.1. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.
- 10.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da atestação, por meio de crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo constar na proposta comercial: CNPJ, banco, agência e número da conta corrente.
- 10.4. Em caso de inadimplemento da CONTRATANTE, será aplicada multa moratória de acordo com a legislação vigente, respeitando-se os dispositivos da Lei n.º 14.133/2021 (arts. 87 e 95).
- 10.5. O prazo de pagamento poderá ser suspenso ou postergado caso o fornecimento do objeto ou a execução do serviço não esteja conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo retomado apenas a partir da regularização das pendências pela CONTRATADA.
- 10.6. Todos os pagamentos obedecerão à legislação aplicável à Administração Pública, inclusive às normas de contabilidade, empenho e controle financeiro, garantindo transparência, rastreabilidade e legalidade dos valores dispendidos.
- 10.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Pregão Eletrônico:

11.1.1. O objeto enquadra-se como comum e será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, conforme art. 6º, inciso XXXVIII c/c art. 28, I, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.1.2. O critério de julgamento escolhido para a contratação é o de menor preço global por lote, conforme planilha de custos elaborada pela Administração.

11.1.3. Durante a fase de lances será informado o valor global estimado pela administração, bem como o valor de cada item, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado.

11.1.4. Após a fase de lances, será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.

11.2. Regime de execução:

11.2.1. A execução do objeto será realizada sob demanda, com preço unitário, conforme definido no edital e na proposta da CONTRATADA, considerando as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

11.3. Critério de aceitabilidade do preço:

11.3.1. O critério de aceitabilidade da proposta será o preço máximo estimado por item.

11.4. Transparência e fundamentação:

11.4.1. Todos os critérios de seleção, julgamento, regime de execução e preços aceitáveis serão objetivos, fundamentados e discriminados no edital, assegurando transparência, impessoalidade e legalidade nos atos da Administração, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei n.º 14.133/2021.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para esta contratação será previamente definido pelo Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a realização da pesquisa de preços, a ser validado pela área demandante.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária necessária para suportar a presente contratação será inserida em momento oportuno, após a indicação pela Coordenação de Planejamento e Orçamento, observadas as disposições da legislação orçamentária vigente.

14. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quais sejam:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Ata/contrato;

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste Termo de Referência ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Deixar de oferecer garantia contratual no prazo estabelecido no edital

14.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Termo de Referência.

14.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

a) Advertência por escrito, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multas na forma prevista neste Termo de Referência;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

14.3. Não obstante as sanções previstas no item 14.2, poderá ser aplicada penalidade referente à inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo.

a) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no mesmo.

b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total das obrigações contidas no mesmo ou recusa injustificada em assinar o contrato no prazo devido, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

14.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.3.2. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.3.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Das Penalidades Específicas:

A pena de multa será aplicada, conforme a gradação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir, de conformidade com o apêndice A:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,50% do valor do contrato
2	1% do valor do contrato
3	5% do valor do contrato
4	10% do valor do contrato

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. A totalidade das multas aplicadas não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, sem prejuízo da rescisão do contrato.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.9. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirá rito normal, na forma da Resolução DPGERJ n.º 1202 de 18 de janeiro de 2023.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

15. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A gestão do contrato caberá a um servidor designado pela Diretoria de Contratos, Licitações e Convênios da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15.2. A fiscalização do contrato, para cumprimento do poder-dever inerente à Administração Pública de fiscalização, na forma do art. 117, da Lei nº14.133/21, caberá a 03 (três) servidores designados pelo POMAR, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que deverão acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em procedimento próprio no sistema SEI, correlacionado ao processo da contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A gestão da ata será determinada pelo DCLC, em momento oportuno.

15.3. As falhas ou defeitos observados serão registrados em procedimento apartado, conforme item 14.2 e serão encaminhados à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.5. Para o desempenho da função de fiscais da contratação, o POMAR indica os seguintes servidores:

a) Titulares: ANDREIA CARDOSO FERREIRA - matrícula: 9215351

b) Titulares: ELAINE DE OLIVEIRA CANDIDO - matrícula: 30958904

c) Substitutos: GUSTAVO CASTILHO PEREIRA - matrícula: 30959480

15.5.1. A responsabilidade da fiscalização e acompanhamento contratual se inicia com a publicação do resultado do certame e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes, registrada, em regra, por termo de recebimento definitivo circunstanciado.

15.5.2. Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

15.5.3. As competências, atribuições e responsabilidades do(a) Gestor(a) e dos Fiscais do contrato estão estabelecidas, entre outras normas, na Resolução DPGERJ n.º 1173 de 14 de setembro de 2022.

ATO DA AUTORIDADE: Aprovo a contratação pretendida, nos termos delineados ao longo deste Termo de Referência, conforme inciso XXIII, do art. 6º c/c §1º, do art. 40 da Lei n.º 14.133/2021.

ANA ROSENBLATT

Defensora Pública - Mat.896.709-3

Coordenadora do Pólo de Mediação e Ações Restaurativas e do Núcleo de DNA

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO DE RESULTADOS E DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES

ITEM	CRITÉRIO DE INCIDÊNCIA	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do horário agendado para a realização da coleta do material biológico	1	A cada meia hora de atraso do início do exame

2	Não comparecimento para realização da coleta	2	Por exame agendado
3	Atraso no comparecimento de mutirões	2	A cada meia hora de atraso do horário agendado
4	Não comparecimento em mutirões	3	Por mutirão
5	Descumprimento do prazo para entrega dos laudos	1	Por dia de atraso por exame
6	Falhas na qualidade dos laudos técnicos emitidos (inconsistências detectadas)	1	Por laudo com falha identificada
7	Violação de protocolos de segurança na cadeia de custódia	3	Por incidente
8	Avaria ou perda de amostras biológicas	3	Por amostra afetada
9	Descumprimento das normas de proteção de dados pessoais (LGPD)	3	Por evento identificado
10	Não atendimento a solicitação da fiscalização	2	Por evento reportado
11	Deixar de comunicar falhas na prestação do serviço que possa afetar a integridade das amostras ou da cadeia de custódia	4	Por evento reportado



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 04/05/2026, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2085537** e o código CRC **65BF1BA4**.

Referência: Processo nº E-20/001.012843/2025

SEI nº 2085537

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br